



SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20 de Outubro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

21454

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Boa noite. Declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, solicitada por meio do Requerimento nº 29/2025, de minha autoria, e aprovada por esta Comissão, a realizar-se neste Auditório Prestes Maia, na data de hoje, 20 de outubro de 2025, a partir das 18h, e também por meio do aplicativo Teams.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios Online, pelo canal desta Casa no YouTube e pela Rede Câmara SP, nos canais 8.3 e 2.4.

A pauta desta audiência pública é: “Familiares exercendo sua cidadania, desafios e possibilidade para a retomada dos vínculos afetivos e de confiança com pessoas aprisionadas em um contexto de interiorização dos presídios”.

Vou aproveitar e já vou chamar as pessoas para a Mesa. Eu quero chamar: a Sra. Fabiana Solis, que faz parte da Associação de Familiares e Amigos de Presos e Egressos; a Sra. Andrelina Amélia Ferreira, do Movimento Mães do Cárcere; a Sra. Maria Railda Silva, do Amparar – Associação de Familiares e Amigos de Presos. Por favor, venham para a Mesa.

Foram convidados para participar desta Mesa o Sr. Bruno Shimizu, do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e a Sra. Giovanna Carlos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, mas nenhum dos dois veio e também não mandou representante, o que fala muito sobre o quanto essa discussão não está sendo pautada pelo Estado e sobre quem tem medo de discutir isso.

Já vou passar diretamente para as pessoas à Mesa, começando com a Sra. Railda.

A SRA. MARIA RAILDA SILVA – (*inaudível*)... filhos eram da antiga Febem, mas o ponto inicial de que nós vamos falar é do sistema prisional e tudo o que os familiares vêm trazer não é novidade para ninguém. Nada acontece com as violações de direitos humanos dentro do cárcere, porque, o tempo todo, esses corpos estão sendo violentados, não só os dos presos, mas também os dos seus familiares, nos dias de visita.

Por que nascem os movimentos sociais? Pelas injustiças que acontecem dentro do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 2 DE 35

fls. 3

sistema prisional, porque o sistema prisional, cada dia mais, está de mal a pior. As pessoas estão morrendo. As pessoas estão adoecendo, não só os presos, como também seus familiares, que são os corpos invisíveis – porque nós, familiares e presos, somos invisíveis.

O Estado sabe disso e tortura essas pessoas lá dentro. Eu quero trazer uma coisa que a gente discute muito dentro da Amparar: a questão da carteirinha, principalmente para preso provisório, porque demora 30 dias para fazer uma carteirinha. Isso é direito; não é favor. Isso já era para estar unificado há muito tempo.

Aí, quando você sai do cárcere, do CDP, você vai para uma penitenciária. O que acontece? Esses familiares têm de fazer novamente a sua carteirinha e gasta-se dinheiro. Quando se passa algum *e-mail* para a SAP, eles trazem o que para a gente? “Isso é um regimento interno”. Que regimento interno é esse? É regimento interno para roupa, para comida, para tudo. No dia de visita, milhares de famílias voltam com suas sacolas, com seus jumbos. Há o bonde que sai no dia de visita, no sábado.

Isso é muito triste, adoecedor para os familiares. Isso é mexer com a saúde mental dos seus familiares, dos seus entes queridos. Pegam os nossos e os transferem para longe. Ninguém se responsabiliza pelo preso, nem pelo seu familiar. Por isso foi que nós nascemos, por conta dessas injustiças. Então, nós estamos todos e todas aqui, num só objetivo, porque é sabido por todos o que acontece no cárcere.

Também faço parte do Condepe, Conselho da Pessoa Humana. Fui fazer algumas visitas técnicas nas prisões. Voltei de lá “passada” com tudo o que vi, porque o cárcere está de mal a pior.

Estamos, no momento, em uma Casa como esta, de onde saem as leis, e quero agradecer – porque até esqueci de fazê-lo – à nobre Vereadora Keit Lima, que sempre está conosco, na “saidinha”. Aqui é uma Casa que deveria também realizar a fiscalização do sistema prisional, porque o MP e outros Parlamentares também deveriam estar nesses espaços, visitando essas pessoas que estão ali, privadas de sua liberdade.

Não é porque a pessoa está presa que ela perde todos os seus direitos. Ela perde o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 3 DE 35

direito de comer? Ela só perdeu o direito de ir e vir. Ela não tem direito a médico? Ela não tem direito a nada? Cada preso que faz uma reclamação é transferido para outros lugares e as famílias não têm informação de onde seus entes queridos estão. A falta de informação que existe é uma violação de direitos muito grande.

Onde estão os nossos direitos? Ninguém veio aqui para pedir favor nenhum. É direito nosso. É direito do familiar. O familiar tem que ser respeitado no dia de visita e isso não acontece na prática. Logo, estamos aqui para poder lutar, para minimamente dar garantia de direitos para os nossos que estão lá, dentro do cárcere.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Gente, estão abertas as inscrições. Então, para quem quiser falar, é só se inscrever.

Passo a palavra, agora, para a Sra. Fabiana Solis Peres.

A SRA. FABIANA SOLIS PERES – Boa noite a todos, a todas e a todes. É muito importante a presença de todos que estão aqui. Nós reconhecemos que existem muitos familiares e temos um Defensor Público presente, o Dr. Diego. Faça um “tchauzinho” para todos verem. Ele veio a nosso convite, pois é uma parceria que a Afape tem com a Defensoria Pública. Viemos aqui para propor algumas reflexões.

O sistema prisional e as prisões dizem mais a respeito da sociedade do que da pessoa que está presa. A sociedade é responsável por esse modelo e nós começamos a pensar no modelo judiciário, que já não atende à demanda, porque não resolve o problema. Então, nós precisamos mudar esse modelo judiciário que condena as pessoas e repensar esse modelo não significa responsabilizar. Nós queremos que a punição pare, porque a punição é cruel. As punições que existem na nossa sociedade não são apenas de restrição de liberdade, como foi elencado aqui, agora. São punições no corpo, na alma. Elas punem as famílias, financeira e afetivamente.

A sociedade não ganha com as prisões, porque não vemos um mundo melhor com elas. Então, nós precisamos começar a refletir sobre esse modelo. Será que este modelo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 4 DE 35

fls. 5

judiciário é suficiente para as demandas? Começa por isso. Nós precisamos responsabilizar as pessoas que estão em conflito com a lei, mas não sob a forma de prisão. Essa é a primeira reflexão.

A segunda que eu quero fazer tem um pouco a ver com o tema que nos foi proposto: a questão da aproximação familiar. A aproximação familiar não é de interesse público por vários motivos. Primeiramente, não temos uma estatística no estado de São Paulo. Vou me restringir apenas a São Paulo, pois creio que nós tenhamos mais conhecimento de causa aqui do que em outros estados. Então, vou fazer o recorte para o nosso estado. Não temos um instituto sério e transparente que formule políticas públicas baseadas no número de pessoas que moram na capital e estão cumprindo pena no interior, e vice-versa.

Se eu sou do interior, lá da região 018, e meu familiar está cumprindo na 012, ou vice-versa, então, a gente não tem esse registro. Quando a gente não tem um registro estatístico, a gente logo já não tem interesse de fazer políticas públicas, porque políticas públicas se fazem com números, com fatos concretos. Então, é muito importante a gente começar a requerer esses dados.

Esses dados precisam ser públicos, precisam ser sérios, precisam ser transparentes, para que a gente, como movimento social, tenha alguma coisa para começar a cobrar. Como a gente vai cobrar no escuro as políticas públicas? Eu não sei dizer para vocês quantos da capital cumprem pena no interior ou quantos do interior estão numa região e estão cumprindo em outra, porque não existem esses dados. Então, sem estatística, a gente não faz políticas públicas.

Outro ponto importante: desde 1990, as unidades prisionais de São Paulo começaram a ir para o interior. Quando elas vão para o interior, vão também com alguns outros interesses. A gente vive numa sociedade capitalista; então, os interesses são econômicos. Existe também uma indústria para movimentar a venda dos jumbos, a venda da alimentação, os transportes, as vans que levam. Então, existe um comércio nas cidades pequenas, onde não há muitas atividades econômicas, como nos grandes centros. Existem as pensões e os mercadinhos. Existe uma economia.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 5 DE 35

fls. 6

Para fazer esse movimento, o interior no começo não queria as unidades prisionais. Na época, eu me lembro de que foram feitas promessas do tipo: “Vou pavimentar a sua cidade. Vou levar isso”. Aí, levaram presos para o interior e foi uma luta. Está aqui a Defensoria e outros movimentos para que se atendessem os presos, que eram um problema do estado, enquanto a saúde pública é um problema do município – pelo menos o primeiro atendimento, já que as unidades também não têm a sua equipe médica. Então, a gente tem esse problema com a questão do preso no interior.

Outra questão que é muito importante: sou da 012 e o meu familiar preso está hoje na 018. Como eu vou fazer a cobrança, seja do Judiciário de lá, seja da fiscalização dessa unidade, se eu estou em outra região? Então, essa desarticulação é proposital. Para quê? Para que a gente não faça efetivamente a cobrança dos direitos nessas unidades. Se ele estivesse na minha região, na cidade de Potim, que tem duas unidades – P1 e P2 –, nós estaríamos agora discutindo na Câmara Municipal da minha cidade os problemas da unidade. As pessoas estariam envolvidas e a gente conseguiria fazer mobilização social, mobilização política, para fiscalizar essa unidade e fazer entrar saúde, educação e todos os outros direitos. Se as visitas fossem violadas, nós iríamos ao Judiciário de lá conversar com o juiz corregedor. Então, quando a gente desarticula, como eu vou me movimentar para exigir que sejam cumpridos todos os direitos da pessoa presa?

Outra questão também muito importante é o vínculo familiar. Quando você transfere o preso para uma região distante 500 km, 600 km, a gente vai ter problemas. A princípio, o primeiro problema que bate é o econômico. Como eu vou sustentar, já que o Estado também não é garantidor dos materiais de higiene, da rouparia? O Estado não garante. Então, como eu vou fazer para garantir que ele tenha um mínimo se eu já não tenho dinheiro para fazer a visita? Esse impacto, que a princípio parece ser só econômico, com carregar dos anos, com a pena, vai pesando a relação familiar. É muito importante não quebrar o vínculo com a família, porque é com ela que o preso vai conversar, vai chorar e dizer da dificuldade do cárcere; é a primeira possibilidade de uma recuperação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 6 DE 35

fls. 7

Essa distância vai também na contramão do cuidado. Eu tenho um marido e uma filha. Ela sente. Ela tem o direito de ter visita pelo menos uma vez por mês, quando a gente tem condições de ir. Ela tem essa afetividade, apesar de ser pequena. Não é frequente, do dia a dia, como a gente gostaria, garantindo o direito da criança de ter o pai presente, mas ela tem essa sensação de que o pai cuida dela. Isso é importante também para os filhos. Então, a questão do vínculo familiar é importante para o preso e é importante para a família. Quando a gente quebra esse vínculo, a gente quebra a grande importância de uma recuperação, porque, hoje, do jeito que as unidades estão, a gente percebe que facilmente eles são capturados por outros membros que os vão acolher.

A gente vê, hoje, no estado de São Paulo, também, outro direito. A gente que tem bastante tempo nessa luta vê também a questão do direito à religião. Cada vez mais, no estado, as penitenciárias estão deixando de ser laicas. A gente observa a presença de apenas uma religião, a evangélica, dentro do sistema carcerário. A gente percebeu a dificuldade de outras religiões, principalmente uma presença muito importante, que era a Pastoral Carcerária, porque ela não ia fazer só proselitismo religioso; ela ia lá, também, para fazer a luta. A gente percebe que o Estado tem dificultado essa entrada e outras religiões não têm a mínima possibilidade de entrar porque existe uma barreira, não só da parte de documentação, mas também uma questão ideológica. A gente precisa estar atento a isso e não fechar os olhos.

Para concluir: por que será que todas essas questões do sistema carcerário estão no formato em que estão? Aí está a importância de a gente não desistir da luta.

Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Só para reforçar, a gente está com inscrições abertas. Quem tiver dificuldade de locomoção só levanta o braço e alguém da equipe vai até vocês. Para quem não tiver, é só ir ali e dar seu nome.

Agora, é a Sra. Andreлина.

A SRA. ANDRELINA AMÉLIA FERREIRA – Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Andreлина Amélia Ferreira. Sou conhecida como Andreia MF. Eu sou idealizadora do Movimento

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 7 DE 35

fls. 8

Mães do Cárcere, infelizmente. Eu digo “infelizmente” porque houve necessidade de ter um movimento para que as pessoas, presas e presos, fossem ouvidas, para que tivessem alguém para falar por elas, que estão dentro do sistema prisional.

Aquelas famílias também são condenadas. O juiz condena a família, mesmo sem ter feito nada, mesmo sem ter passagem, mesmo sem concordar, muitas vezes, com a atitude dos nossos entes. Quando um martelo bate, automaticamente, aquela mãe de família, aquela Maria e aquele João estão sentenciados. A sentença sabemos que são a humilhação, o constrangimento, a revista vexatória, a humilhação de funcionário à porta do sistema. Somos humilhadas. No nosso emprego, muitas vezes, quando sabem que temos algum ente dentro do sistema, somos olhadas de forma diferente ou até mesmo dispensadas.

Eu digo isso com autonomia, na prática, porque eu atendo as mães e familiares que todos os dias vão até mim falar: “Andreia, eu não tinha ninguém para contar. Eu não posso contar para minha família, porque também vão me criticar, muitas vezes, e eu vim falar com você. Peço sua ajuda”. Está ali e fica aquele sigilo entre nós, naquela sala de um metro quadrado, para conversar.

Aí, eu encaminho as demandas para a Defensoria e assim a gente vai fazendo aquele laço, aquele laço que o Estado insiste em separar, aquele laço que o Estado faz de tudo para manipular, porque o sistema prisional não reintegra ninguém. Ele não reintegra, porque, se ele tivesse, mesmo, o pensamento de reintegrar, se as prisões realmente fossem prisões que recuperassem, não sairiam tantas pessoas com problemas psicológicos, como a grande maioria que eu vejo, entrando com sonhos e saindo destruídas, por serem primárias.

Quando saem, muitas vezes, vão falar da questão da multa. Há aquela multa. Poxa, o cara entrou porque roubou, por exemplo, uma bicicleta, ou porque estava com quatro ou cinco papелotes de cocaína. Muitas vezes, é usuário. Aí, o Estado faz pagar quatro a seis mil reais. Eu fico pensando e gostaria que vocês refletissem sobre essa situação. Se a pessoa entrou porque roubou um valor de 1.000 ou 1.200 reais, como é que ela sai para pagar 5.000 reais? De volta – porque o CEP dele é direcionado para aquela favela de ocupação –, ele sai e vê a mãezinha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 8 DE 35

fls. 9

dele com problema de saúde ou a esposa com a barriga e mais um, puxando pelas mãos.

Aí, eu digo: “Bem-vindo. É mais um residente”. No automático, o sistema faz com que ele volte, porque o sistema já tortura mentalmente. Gente, eu vi. Eu estive no CDP da Praia Grande e, lá, à porta, eu vi que um preso estava saindo. Graças a Deus, um alvará cantou e ele teve essa liberdade tão esperada. Aí, ouvi o funcionário falando, assim: “Ah, mas, daqui a 15 dias, ele volta. É a certeza, sem dizer o custo”.

Quem é que banca, realmente? Onde está esse dinheiro, que se diz ser o dinheiro do preso, lá dentro? Diz-se que o preso não precisa de nada. Por que o preso reclama de fome? Por que o preso fica doente e é a família que tem que levar remédio, se o Estado diz que paga, que são três mil reais? Sei lá, porque eu, com três mil, aqui, na rua, contrataria até uma moça para me ajudar, lá, nas questões. Pagaria mil e estou com dois. Estou no lucro.

Dentro do sistema, você tem que levar, todo fim de semana, aquele jumbo, que custa, dependendo da localidade, uns 500 ou 700 reais. Está certo? Você tem que levar ou ainda tem que mandar o Sedex. Então, na verdade, eles prendem e nos tiram, porque eles não geram emprego dentro do sistema prisional. Eles não querem reintegrar ninguém. Eles querem cadeia superlotada.

Gente, eu posso falar com autoridade própria, porque eu passei pelo sistema – 16 vezes, menor; três vezes, maior. Eu posso garantir para vocês que eles tentaram me humilhar de tudo quanto é jeito. Eu trabalhei três dias dentro de um *self-service*, porque eu queria mudar de vida. Aí, o cara, quando descobriu meus antecedentes criminais e sabia que eu tinha passado pelo sistema, me mandou embora e disse: “Sai daqui. Senão, eu chamo a polícia.” Eu tive que sair dali e os três dias trabalhados eu não recebi.

Na hora em que eu desço aquelas escadas, o meu pensamento é o seguinte: “O que eu vou falar para o meu filho? O que eu vou falar para os meus filhos que estão dentro de casa?” Naquele momento, 30% de mim falou: “Você já sabe como vai ser. Pega mais uma arma.” Os outros 70% foram mais fortes e disseram: “Aí, negona, tu fazias a trança dentro do sistema. E aí? Vamos embora. Pega ali uma cartolina de 50 centavos.” Porém, meus 30% falavam: “Não,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 10

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 9 DE 35

vai ali. Arrebenta a cabeça dele. Toma tudo, porque é uma briga.” Nós saímos do sistema com trauma. Ninguém sai de lá 100% recuperado. Nós temos trauma, tanto a família como quem sai de dentro do sistema. A grande maioria tem que ir para esses CAPSs, que tem esses atendimentos, aí – vocês sabem de que forma.

Então, meu pensamento – graças a Deus, meus 70% – fez com que eu ocupasse uma casa, com duas crianças pequenas, arrastadas pela mão, sem marido, sem família, sem ninguém. Sou eu por mim e é Deus por nós todos. Está certo? Entrei em uma casa, botei uma cartolina, ali, de trança, e comecei a fazer.

No início, eu trocava por cinco quilos de arroz, dois quilos de feijão, e, assim, eu aumentava a minha casa. Primeiramente, era o alimento, para os meus filhos poderem comer. Depois, eu fui, fui. Já tem, graças a Deus, 23 anos. Hoje, além do atendimento, se alguém me busca, nós dividimos o arroz e o feijão, se houver necessidade, para ninguém cair. Eu deixo bem claro para quem chega, no desespero: não volte, porque o sistema quer isso de você. Não volte, porque o sistema espera isso de você.

Da abordagem policial quem conhece o litoral ouviu falar e quem não ouviu deve ter visto no noticiário que muitas das pessoas que morreram na Operação Escudo/Verão tinham antecedentes criminais. Eles não perguntam. Eles já sabem que tem? É bala. “É ele.” Nós sabemos que é assim que funciona, não só no litoral, como em São Paulo e em toda região do estado. Parece cansativo nós, de movimento social, toda hora estarmos repetindo aquela pauta que já vem de anos. Às vezes, eu me sinto até envergonhada em estar repetindo sempre a mesma coisa. Eu acho que chega a hora de mudança.

Vemos muitas pessoas falando sobre segurança pública, mas, gente, nós temos que nos unir de verdade, coração com coração, e deixar as diferenças. É hora de o gigante, que somos nós, acordar e falar “chega”, porque a arbitrariedade acontece no ato da prisão; não acontece só no momento em que bate o portão nas costas. É no momento da invasão dentro da casa, no constrangimento na frente da esposa e dos filhos, na tortura. Eu, mesma: quebraram os dentes da minha boca na frente do meu filho de quatro anos. Meu filho viu toda a tortura.

É isso. Eu agradeço à Vereadora por ter aberto este espaço para falarmos com o coração, porque eu estou aqui, falando com o coração; não tenho nada escrito. Eu agradeço, mesmo, de coração, e espero que esses cinco minutos em que eu tenha falado, ou menos, venham a gerar uma reflexão dentro de cada coração sobre a união, sobre segurar de verdade a mão de uma e da outra, mesmo com as indiferenças, e falar “vamos para cima”.

Eu espero que, quando o Senhor me chamar, ou na hora em que eu tiver que ir para a minha casa, novamente, pelo menos uma semente eu tenha plantado aqui, na minha fala.

Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Agora, é a Sra. Regina.

As inscrições se encerram com a fala da Sra. Regina. Então, quem quiser ainda pode se inscrever.

Tem três minutos, Sra. Regina.

A SRA. REGINA – Boa noite a todos. Nas pessoas da Vereadora Keit Lima e da Railda, eu cumprimento toda a Mesa, as pessoas presentes e as que estão em casa.

Na verdade, o encarceramento é uma das formas mais perversas do projeto de genocídio da população negra neste país. Ela é perversa porque dá lucro para o estado. Ela falou do movimento do comércio. Não, ela dá lucro para o estado! O estado lucra com o fornecimento de comida podre, estragada, e ainda assim lucra. O estado lucra porque movimenta o Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias, os advogados. O estado lucra o tempo todo.

Porém, eu vou ser muito pragmática: eu acho que temos muita coisa para fazer. Quando eu penso nos cárceres no Brasil, eu procuro não pensar muito, porque eu fico numa agonia desesperadora, mas o cárcere no Brasil, na verdade, não é ao acaso. A separação e a interiorização dos presos não são ao acaso. É uma forma de desumanizar a população negra deste país. Desumanizar: é isso o que eles querem. É por isso que é importante cortar os laços familiares. É por isso que é importante esgarçar a saúde mental do preso e dos familiares. É por isso que é importante acabar com a saúde do preso, para que ele não tenha sobrevida após o cárcere.

Aí, eu vou ser pragmática: a gente tem muita coisa para fazer e eu penso que em cada unidade se depende dos bons humores, dos bons bofes, da direção da unidade, para entrar o jumbo, para ser respeitado na revista. Não há técnico para olhar nem o raio-X da revista. Quando se pensa nisso, a revolta é tão grande que a gente pode fazer coisas, sim. Eu acho que demorou muito para as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais fazerem um protocolo, um protocolo universal, porque, aí, não é o diretor da 012, nem é o diretor de não sei onde que vai decidir o que entra, o que não entra, como você se veste, como você não se veste.

A Ju já levantou a plaquinha, ali, do “conclua”, mas eu vou pedir um pouquinho de paciência só para eu dizer que a gente tem que fazer um protocolo no qual se coloquem as questões das visitas, todas especificadas, para que os diretores “x”, “y” e “z” tenham que obedecer.

Mais uma coisa: nesse protocolo tem que haver a garantia do atendimento. Se a unidade não tem condições de atendimento de saúde, o município tem que garantir e isso tem que estar especificado nesse protocolo de ação das prefeituras e dos estados em relação ao cárcere.

Mais uma coisa tem que constar nesse protocolo: os municípios e o estado têm que proporcionar educação. Eu fico...

Está lá a Ju me torturando. Eu vou me reinscrever para falar.

A gente tem que colocar no protocolo a possibilidade de as pessoas estudarem. A unidade não tem? O município tem que garantir.

Há outras tantas coisas. Eu vou encerrar porque já levantaram a placa do “conclua” umas quatro ou cinco vezes, mas eu acho que a gente tem muita coisa para fazer, muita coisa. A gente tem que combater o senso comum, porque é só pobre que está lá e que é taxado de vagabundo. O Bolsonaro, com tornozeleira, em casa, num condomínio de luxo, na Barra da Tijuca, está sendo torturado e os nossos, que estão sendo torturados e saem de lá estraçalhados, não são nem vistos por esta sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Agora, tem a palavra a Sra. Nívea. Em seguida,

será a Sra. Laís.

A SRA. NÍVEA – Em primeiro lugar, boa noite a todos. Gostaria de agradecer o convite da Amparar para estar aqui hoje.

Venho com muita dor, porque sou uma mãe que perdi o meu filho há 44 dias, hoje, no sistema prisional 018. Ele estava com saúde até o dia 10, quando foi a minha última visita, no dia do aniversário dele. Ali ficou o nosso adeus, o nosso último carinho. No dia 6, às 8h da manhã, a assistente social me liga dizendo que o meu filho tinha vindo a óbito. Depois que comeu uma comida, às 10 e meia da manhã, um arroz com frango, ele passou mal. Ele e mais dois amigos deram atendimento e tiveram que ir para a Santa Casa de Dracena. Meu filho veio a óbito no dia 6, às 2h da manhã.

Naquele momento, ela perguntou para mim: “Vocês vêm para cá, para enterrar, ou vão levar para aí?” Eu falei: “Como?” “Não sei. O que eu posso fazer por você é só indicar uma funerária.” Liguei para a funerária: R\$ 5.500,00. Pedi ajuda e o Estado não ajuda. É dizer para você: “Você se vira; o filho é seu.” Tive amigos que me ajudaram para trazer. O restante da conta, que foram R\$ 8.400,00, está aqui, nas minhas costas – e eu vou pagar, porque o meu filho fez o errado, mas eu não ensinei o errado para ele.

Ouçó vocês falando e a gente tem que se unir, porque eu, como ser humano, acredito que não é com pancada, não é batendo, não é judiando, não é humilhando, como eu já fui humilhada – e eu sou branca. A senhora falou de negro. Sou esposa de um negro. Meu filho era negro. Só eu, da minha casa, sou branca. Meus filhos são negros. Meu marido é negro e eu fui humilhada. No dia 10, eu fui humilhada. Passei muita vergonha para estar com ele.

Assim, estou começando agora, mas contem comigo, porque eu não quero que existam outras Níveas chorando e passando o que eu estou passando. Ainda não vivi meu luto, porque eu estou segurando filha, segurando marido, segurando neto. Eu não vivi meu luto e eu não vou vivê-lo. Sabem por quê? O ser humano morre duas vezes: ele morre na mente, no corpo, e ele morre na lembrança, mas na lembrança o meu filho nunca vai morrer. Por isso, contem comigo. No que eu puder fazer, com a mãe que eu puder ajudar eu estarei.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sra. Laís? Em seguida, será a Sra. Lenita.

A SRA. LAÍS REGINA – Boa noite, povo. Suave? O meu nome é Laís. Primeiramente, a minha história começou bem louca, porque sou adotada. Descobri isso só lá dentro, porque eu fui uma menina revoltada. Querendo ou não, passei por muitas “fitas” do sistema – minha mãe, preta, periférica; eu, sendo criada pela avó. “Está ligado?” Então, “tipo”, rolaram muitas “fitas” – aos 12 anos, já tendo um homicídio, coisa que já não é “da hora”, querendo ou não, para a idade. Fui lá e, acabando de fazer 18 anos, caí lá dentro.

Descobri que era adotada. Conheci minha mãe. Vi a menina, cara a cara. “Tipo”, cresci a vida toda com a avó. Chega lá dentro e descobre que você é adotada. Descobre o que a mulher está passando: sete cadeias diferentes, tudo de novo, trocando, chegando à outra cadeia, não tendo um banho, não tendo uma roupa, não tendo uma calcinha, passando pela mesma “fita” que ela. É doloroso. Querendo ou não, imaginem: cheguei lá dentro e a menina me reconheceu por uma mancha na perna. Ela me reconheceu e a menina chorava. Olhava dentro do meu olho e falava: “Você é minha filha. Você é Laís Regina.” Esse é meu nome.

A menina ficou 18 anos sem me ver. Já estava presa há 26. Ela me fez lá dentro. Meu pai a abandonou porque não aguentou. Já foi mais um, sofrendo, sem a mulher, com 15 filhos, homens, e eu era a única menina da família. Fui criada lá dentro, já, por uma parte. Eles me tiraram dela e me mandaram para outra família. O meu pai foi me achar depois de seis meses, mas nunca ninguém me contou da minha mãe. Ninguém nunca me falou quem era ela. Só falavam que ela morreu.

Cheguei lá dentro e estava com a mulher – ela, doente. Estava faltando remédio, faltando “uma pá” de “fitas”. Para ter o cigarro era a maior luta. Ficou no fechado durante sete anos, não tendo ninguém. Não tinha uma audiência. Não falavam o que estava acontecendo – e eu, lá dentro, com ela, do lado dela, sem ter muito o que fazer.

Virei para o lado e, no outro dia, dia 13 de outubro – nunca vou me esquecer –, a menina já estava reclamando de dor na barriga. Não mudou muito da “fita” do seu, não, porque ela tinha comido, mas eu não comi o pão, para você ver. Olhe, que o diabo o amassou e a pegou,

hein? O bagulho foi louco. Ela só me deu um abraço, assim. Agradeceu, falou e eu fiquei.

Querendo ou não, o que me salvou, lá dentro, foi até um pouquinho da religião. Foi o candomblé, porque nós somos de leite de axé. Seu santo, tendo garfo e faca na mão, come até seu inimigo. Para quem é de axé, todo mundo sabe que, dentro do seu orixá, para você ter uma vela, para você ter uma fé, lá dentro, é “osso”.

A questão da tonalidade não importa, porque lá existe preto e existe branco, mas lá existe um lugar que, aqui fora, não existe: a empatia. Entenderam? É se colocar no lugar do outro, porque todo mundo vira e fala: “Nossa, o menor errou”. Nós estamos pagando, lá dentro, com a liberdade, e não com a falta de família. Existe gente que está tirando sete anos no regime fechado e que tem filho.

Eu engravidei lá dentro. Fui presa. Lá dentro, engravidei e tive o meu filho. Sabem o que aconteceu quando eu saí? Fiquei com o menino. Estou com o menino até hoje e meu marido está lá dentro. Meu filho virou para mim, ontem, e disse que não lembra nem da feição do pai dele. São quatro anos sem ver o cara. Não lembra nem da feição do pai. Eu, com a minha mãe, lá dentro, passei pela mesma “fita” e isso é um ciclo que vai se repetindo, porque eles estão contra um e existe gente também contra eles.

Chega muita menina preta, principalmente menina preta, porque, apesar de também chegar menina branca, é a menina preta, principalmente, que vai para a Febem. Se vai para a Febem grávida, já tira o filho de primeira, quando ganha; se dá sorte, ela vai para um abrigo. O abrigo também é um sufoco, o que já é mais uma coisa, aí.

Então, eu, aos meus 22 anos, já passei por muita “fita” que não era para ter passado. Aí, a pergunta é aquela. Não querem que o pessoal se revolte. Não querem que o pessoal vá lá, para dentro, mas, quando vai lá, para dentro, volta mais revoltado, ainda, porque chega aqui dentro e a família não aguentou. Muitas mães vão lá visitar o filho e ele volta cheio de problemas. Volta revoltado com o mundo e vai fazer de novo. Daqui a pouco, 15 dias depois, vai estar lá dentro.

Daqui a pouco, nós estamos cantando a música, no final da noite: “me dá o meu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 16

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 15 DE 35

alvará, para eu sair daqui”. Você não aguenta mais. É opressão do preso, de quem está do seu lado, dos próprios policiais que trabalham lá. Nós sabemos qual é o sufoco de estar olhando dentro da cara do mano – e ele, dando na sua cara, sem você poder fazer nada.

Fui presa com 12 anos e fui para a Febem do Brás. Para vocês terem noção, eram as próprias meninas que abusavam de nós, as próprias meninas que estavam aqui, que estavam com a gente. Eram elas que vinham. Elas estavam revoltadas com o que os outros faziam. Então, era um desconto.

É aquilo: eu crio você e você me cria. É um ciclo. Você vai se criando e a pessoa vai ficando mais revoltada, ali. Quando você vai, é só mais um psicopata. É só mais um que se foi. Você morre lá dentro. Se você sai, você morre de doença, aqui fora, porque, lá dentro, também não tem remédio. Aí, quando sai, você só dá seu último adeus, e pronto.

A questão é: até quando vai ficar nisso? Existem muitos que são contra o sistema, mas existem muitos que não.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Inscrições estão encerradas.

Temos a Sra. Elenita e, em seguida, a Sra. Josiane.

A SRA. ELENITA SABADINI – Boa noite, pessoal. Gostaria de agradecer à Vereadora Keit Lima por estar abrindo espaço para nós e acho que todas as Câmaras Municipais deveriam estar fazendo isso, porque, quando o preso sai, ele volta para a cidade.

Eu acho que não só os municípios que tenham unidades prisionais deveriam estar fazendo essas audiências públicas, mas todas as cidades deveriam, porque os presos são de todas as cidades. Eles não são só de São Paulo. A gente estava fazendo um levantamento e o interior também cresceu muito, comparado à capital.

Acho que o primeiro ponto seria abrir em São Paulo, para a gente poder pedir isso em outras unidades prisionais – ainda mais neste ano, em que fizeram a prática de tirar uma unidade prisional. Vou dar o exemplo de Itaí, que trouxeram para Guarulhos. Tiraram os presos de Potim e os levaram para Cerqueira César e para Valparaíso. Trouxeram outros presos para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 17

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 16 DE 35

nós. Agora, vai ser a cadeia dos famosos a P1 de Potim; e, com outro perfil, há a P2 de Potim. Então, estão se transformando assim. Todas as unidades estão sendo mexidas, levando-se os familiares para mais longe ainda.

Pessoal, eu acho que hoje foi o primeiro passo. A Vereadora Keit Lima fez a primeira audiência com a Câmara Municipal. Já tivemos uma em São José dos Campos, em 2016, se não me engano, e de lá parou. A gente deu o primeiro chute lá. Eu vim conversando com a Fabiana, desde o dia em que convidaram a gente para poder participar, sobre esta audiência pública de hoje, que, para nós, está sendo o primeiro passo. Ainda comentei com a Miriam sobre isso, porque há necessidade.

Vou dar o exemplo, de novo, de Potim. Em Potim, nós temos duas unidades grandes. Até o ano passado, havia quase três mil presos nas duas unidades e não há Defensoria Pública próxima às unidades prisionais, o que dificulta mais ainda a situação de quem está preso. Os Vereadores da cidade não se sentem na obrigação de fiscalizar. Não existe isso.

Então, eu acredito que aos que são do Legislativo do município nós temos uma reclamação muito grande. Provavelmente, a senhora deve conhecer, Vereadora Keit Lima, a unidade de Santana e outras unidades que temos aqui, que são terríveis. As denúncias que nós recebemos são constantes. Em Potim, tivemos denúncia. A cidade é até chamada de “Potim das trevas”. Eu moro lá há pouco tempo. Fui para lá com a Fabiane e com o Padre José, da Pastoral do Cárcere. Começamos a fazer um trabalho e eles trocaram o perfil da cidade.

Eu acredito que, quando a gente começa a incomodar, eles mudam bastantes coisas. Eu acho que, se o Legislativo de cada cidade começar a fiscalizar, não é por eles ou por um familiar, e sim por toda aquela população encarcerada e até mesmo a própria cidade. Eu acho que tem que haver uma discussão de política pública para os municípios e para as famílias daquele município entenderem, porque o giro comercial é muito grande. Como disseram, o Estado tem muitos ganhos. Realmente, tem muitos ganhos.

Então, a fiscalização tem que começar pelo município, porque os presos vão voltar para aquele local.

Obrigada, Vereadora Keit Lima.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – De nada. Sra. Josiane? Em seguida, será a Sra. Rosângela.

A SRA. JOSIANE – Boa noite a todos. Meu nome é Josiane. Assim como a Fabiana, eu também sou visitante da 018.

Eu vou aproveitar a deixa da fala da Railda e da Fabiana para a seguinte questão: os presos, onde nós os visitamos, não têm a mínima atenção – e não é só do estado e do município; é de ninguém. As únicas pessoas que dão atenção, ainda, para nós, são só os Defensores. Vou falar uma coisa para a senhora, com todo o respeito, Vereadora: Vereadores e Deputados não saem das suas casas de madrugada para irem à porta de uma penitenciária, para ver como nós, familiares, estamos sendo tratados pelos agentes e como são tratadas a alimentação e a saúde dos nossos familiares, lá dentro. Antigamente, onde eu os visito, podíamos ainda depositar comprimidos – dipirona, só. Hoje em dia, não podemos mais.

O Estado, em Venceslau, ganha muito, porque é uma cidade falida. Hoje em dia, para a gente passar duas horas dentro de um quarto de pensão, temos que desembolsar 80 reais, para ficar duas horas – não menos que isso. A gente sai para pegar a senha e são 10 reais de táxi, para ir. Para descer com o jumbo, são mais 10 reais de táxi, para ir. Eu tenho artrose nos joelhos. Eu não tenho condição de pegar a senha, lá embaixo, e descer com meu jumbo, que é pesado e caro. Isso é porque o Estado abre a boca e fala: “Nós sustentamos os presos.”

Eu sustento meu marido. Não é o Estado, não. Se ele está doente, sou eu que corro atrás de médico. Sou eu que mando remédio, mesmo sem poder. Vou correr atrás de receita, porque sem receita não entra nem pomada para assadura. Vocês estão entendendo?

Agora, o convite que eu faço é para os Vereadores e Deputados: que saiam da comodidade da casa de vocês e deem um pulo até lá. Não estou falando de Parelheiros, que é aqui, ao lado. Eu não estou falando de Potim, que está a duas horas. Estou falando de Venceslau, Dracena, Tupi, onde a cadeia feminina é horrível. Não entra nada. Os familiares as abandonam porque é muito longe. Não têm condições financeiras de ir. Não têm condições financeiras de

mandar um jumbo. Estão jogadas às traças.

Quando chegam denúncias, tanto para nós, da Amparar, como para a Afape, a gente vai em cima. Pedimos para os defensores. A gente chora. A gente faz manifestação. Faz aquele escarcéu, para sermos atendidas.

Agora, assim, chegar e falar: “Ai, bonito! Eu quero ver se eu faço esse projeto.” É uma coisa. Eu quero ver a prática. Eu quero ver vocês se colocarem em nosso lugar, realmente; sentir na nossa pele o que a gente sente. Entendeu? Como é duro a gente estar lá, embaixo de chuva, que não tem lugar para se proteger! Esse fim de semana, estava chovendo lá. A gente entrou. Não foi, Fá? Foi depois que a diretora de plantão veio falar: “Vocês querem a capa de chuva?” Vocês estão entendendo?

Assim, gente, vamos dar mais atenção. Está bom?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sra. Rosângela? Em seguida, será o Sr. José Vitor.

A SRA. ROSÂNGELA – Oi. Meu nome é Rosângela. Obrigada pela oportunidade.

Eu acho que tudo o que eu tinha que falar aqui foi falado, um pouquinho, por cada pessoa. Ontem, tive visita e saí de lá com pedido de socorro – socorro para saúde, socorro para alimentação, socorro pelo banho gelado em 7° ou 10°. Eles se banham no gelado. Sou de Parelheiros. Eles pedem pelo menos um banheiro com um chuveiro quente para poder tomar banho no dia de frio.

Sei que até em muitas cabeças se passa que eles estão lá porque merecem. Merecem estar fora da liberdade, que é o que eles têm que pagar. A pena deles é estar fora de liberdade. Não é passar frio; não é comer comida podre; não é estar doente, sem medicação, sem atendimento. Eu consegui um atendimento médico para o meu filho, algum tempo atrás, através da Amparar, através da ajuda do Fabinho. Acho que foi o Deputado Eduardo Suplicy. Não foi? Meu filho chegou a ir ao hospital, mas ele quase chorou porque o médico não olhou na cara dele. O médico simplesmente deu uma olhada e falou: “Não é caso de cirurgia.” Porém, é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 19 DE 35

caso de cirurgia. Ele está mal de novo e está pedindo socorro, assim como muitos. Estão lá, com furúnculos na cabeça, câncer, Aids, tuberculose. Há muitos casos de tuberculose e, visitando, a gente também pode passar para vocês, porque a gente sai de lá também com o risco de estar contaminado. Há a Covid e muito mais.

Da questão da fome não dá nem para falar. Agora, não é porque é negro. É questão de pobreza. É questão de a gente ser pobre e não ter como lutar. Eu sei que o negro sofre mais, mesmo, com certeza, mas não é esse o caso. Nesse caso da cadeia, não é o racismo. É a pobreza. É a falta de estudo. É a falta de oportunidade.

Lá, não existe cor; lá, existe sofrimento, porque eu também sou filha de preto. Então, eu não posso discriminar, nem nada. Meu filho também é negro, mas lá existem muitos brancos. Há muitos loiros. Não é a cor que faz ninguém estar lá; é a falta de oportunidade, de trabalho, de tudo. Entenderam? Eu quero pedir socorro em nome dos presos. Estou pedindo socorro. Socorram-nos, por favor. Ajudem-nos e ajudem a gente, as visitas, também, porque estamos sofrendo demais.

Ontem, ficamos por quatro a seis horas na fila, debaixo de chuva, com 7° a 8°, em Parelheiros – e não pode entrar molhado, viu? É proibido entrar molhado. Não pode estar com o cabelo molhado ou com a meia molhada. Não pode entrar. Senão, você é barrado – e não existe cobertura. Então, é um sofrimento. Você fica tentando não molhar o pé ou o cabelo, debaixo de nada. Não existe cobertura. Como é que pode?

Então, estou pedindo socorro para os presos. Ajudem a gente, por favor, os órgãos competentes, aqueles que podem. O que ela falou é verdade: Senadores e Deputados que podem nos ajudar, ajudem a Amparar ou outros órgãos. Ninguém faz nada sozinho. Não pode ser sozinho. Tem que se ter ajuda.

Quero agradecer à Amparar, ao Fabinho, que ajudou meu filho a ir ao hospital, e ao Sr. João. Peço a atenção, pois lá existem mais doentes. Há muita gente doente precisando de ajuda.

Agradeço a oportunidade. O tempo é curto, mas há muito para lutar.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sr. José Vitor? Em seguida, será o Sr. Mateus Leite.

O SR. JOSÉ VÍTOR PRADO – Boa noite a todos. Primeiramente, quero agradecer o espaço e cumprimentar a Mesa. Em especial, agradeço à Vereadora Keit Lima. Eu fico muito feliz de ver uma pessoa em que eu votei estar aqui, defendendo uma pauta em que acredito.

Meu nome é José. Como o pessoal já falou, eu sou estudante de direito da USP e estou representando o CEPES. O CEPES é o Centro de Estudos Punição e Estrutura Social e a gente trabalha muito com a questão do tripé universitário de estudo, pesquisa e extensão. Atualmente, a gente está com um grupo de trabalho que está estudando justamente a questão do direito dos familiares de pessoas presas.

Nós nos dividimos em três frentes. Uma é para estudar mais a questão jurídica de decisões, jurisprudências e eventuais fichas técnicas, para entender como a questão dos direitos está sendo regulada. A segunda frente é uma revisão bibliográfica acadêmica, para entender como a academia tem estudado o tema. Na terceira frente, eu fico muito feliz de falar que a gente está trabalhando com a Amparar para entender como as questões são e realmente acontecem, como os familiares realmente as estão enfrentando, o que eles realmente enfrentam no dia a dia e como é a prática para que a gente possa estar em espaços como este para fazer denúncias e recomendações do que pode ser feito.

Estamos numa Câmara Municipal e fico pensando o que o município de São Paulo pode fazer. Quando a gente pensa no Estado Brasileiro e no federalismo, a gente tem a divisão da União, dos estados e municípios. Essa divisão de trabalho não pode ser uma desculpa para que os entes federativos deixem de cumprir seu papel. Então, eu fico pensando muito sobre qual seria o papel do município, o que o município pode efetivamente fazer.

Quero falar de algumas recomendações. O Mateus, depois, deve complementar um pouquinho mais a minha fala, mas quero falar, primeiramente, da questão de zeladoria e infraestrutura. Então, é trazer a questão de pontos de ônibus, dos horários batendo justamente com os horários das visitas, pensando que os familiares chegam extremamente cedo, para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 21 DE 35

chegar lá no horário bom de visita, para conseguir passar mais tempo com seu familiar.

Sobre a última fala e essa questão de um espaço de cobertura, como é que você vai chegar a uma visita molhado, pensando, ainda mais, que você acaba sendo barrado. Pensamos em ônibus que deixem você perto do local. Se não me engano, em Parelheiros, fica muito longe um local do outro. Então, devemos pensar como a estrutura municipal pode facilitar a visita.

Outra questão é uma questão mais para a assistência social. Então, podemos pensar, talvez, no CRAS e no CREAS, em como a gente pode trazer pontos de acolhimento para fortalecer e incentivar esse laço familiar.

Acho até interessante a gente falar de um ponto de acolhimento, de um suporte de uma maneira mais fixa – talvez, obviamente, dentro dos dias de visitação e dos horários de visitação, para tirar dúvidas dos familiares e informar os direitos, porque, querendo ou não, os agentes penitenciários muitas vezes não têm uma formação e muitas vezes também não têm vontade e interesse de auxiliar os familiares. Então, é muito importante que a gente tenha alguém da assistência social, seja do CREAS, seja do CRAS, para realmente ver isso e também ouvir os familiares, dando esse apoio psicológico.

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sr. Mateus Leite? Em seguida, será a Sra. Priscila Santos.

O SR. MATEUS LEITE – Boa noite a todos. Eu me chamo Mateus. Quero agradecer à Vereadora Keit Lima pelo espaço cedido para a gente. Sou também pesquisador do CEPES, como o José comentou.

Quero, inicialmente, partir do pressuposto de que familiares não deveriam sofrer essas consequências, essas penas que afetam os parentes. Também quero mencionar que o nosso trabalho de pesquisa se deu muito por meio da Amparar.

Depois, quero falar das experiências que a gente teve com os familiares na Amparar. Vereadora Keit Lima, basicamente, a regra são violações que os familiares sofrem. A gente teve contato com familiares que mencionaram o jumbo e eles não conseguem sequer levar uma

comida digna, depois, para os familiares. Há o desprezo total dos agentes carcerários, ao pedir que se largassem as comidas na hora, porque não cumpriam os requisitos técnicos que a SAP, supostamente, depois elenca.

Também quero mencionar a carteirinha de visitação. É superirregular a situação de você ter a emissão do documento e também de você ir de um estabelecimento para outro. Houve familiares que conseguiram, com a mesma carteirinha de visitação, visitar presídios diferentes. Outras, depois, tiveram que refazê-la. Existe um custo logístico envolvido nisso, de elas terem que depois emitir novas certidões. Enfim, há uma burocracia envolvendo isso e até um mercado paralelo de advogados cobrando a emissão desses documentos, o que não deveria ocorrer.

Como síntese do que a gente viu na Amparar, a gente viu que é mentira que não há extensão da pena. Existe uma extensão da pena, sim, para os familiares dos presos, para suas mães, suas avós, suas irmãs.

Também quero, enfim, manifestar uma pequena discordância de algumas falas. Acredito que não se pode olhar a política carcerária como uma forma isolada das políticas públicas. Acredito que é uma extensão de uma política de genocídio de fato da população negra. Acredito que essa política de genocídio ocorre extramuros e intramuros. Inclusive, eu, como um homem branco, acho que é importante nossa branquitude analisar que a população negra é a principal vítima do cárcere, sim.

Enfim, como operador do direito, é muito diferente o que a gente aprende na faculdade e o que a gente vê na prática. O que as famílias sofrem é muito cruel, infelizmente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sra. Priscila Santos? Em seguida, será a Sra. Deusa.

A SRA. PRISCILA SANTOS – Bom, em terra de Renato Cariani, que teve suas empresas acusadas de fabricar cocaína e *crack*, a gente escuta os nossos gritarem: “Bandido bom é bandido morto.” Entretanto, são sempre os nossos falando com os nossos.

Está na hora de a gente começar a dar nomes para quem realmente é o inimigo do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 24

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 23 DE 35

povo. A gente está passando pelo período em que o estado de São Paulo, em parceria com a Prefeitura, está leiloando a nossa cidade e o nosso estado. Está tentando privatizar os presídios, a Febem e a escola. Há até hospitais sendo fechados.

A quem interessam os presídios sendo privatizados? A gente teve, recentemente, cemitérios sendo privatizados, enquanto mães gritavam, pedindo ajuda para pagar os caixões de seus filhos. Para quem interessam os corpos dos nossos filhos mortos e essa polícia sucateada? Para quem interessa essa violência? Quem está lucrando com isso? É preciso falar que estão lucrando com jovens mortos. Estão lucrando com a violência dentro do presídio. Estão lucrando com essa polícia sucateada.

No ano passado, saíram diversos concursos públicos. Houve denúncia de corrupção pelas pessoas pobres que fazem faculdade, prestam concursos públicos e não são chamadas. É engraçado que o único concurso público a que se chama o pobre é da Polícia Militar, que está sendo sucateada e é criada e treinada para matar os seus. Essa polícia está sendo sucateada para enriquecer empresas de segurança.

Quando eu falo de segurança pública, não colocam câmera no policial militar, mas estão vendendo câmeras para você colocar na sua casa, no seu negócio. É para você colocar arame farpado. Quem é que está lucrando com isso? Quem é que está lucrando com vocês, com seus filhos morrendo porque a alimentação é intoxicada, com seus filhos mortos, com as mães gritando para a igreja pagar o caixão ou para que seus parentes no Nordeste mandem dinheiro? Quem está lucrando com isso? Quem está por trás do Tarcísio? Quem está por trás do Ricardo Nunes? Quem está por trás do Derrite?

Enquanto não olharmos para nós como iguais, hoje são vocês e amanhã é seu vizinho que está apontando o dedo na sua cara. Enquanto a gente está se atacando, grandes empresários estão lucrando com os nossos corpos e estão rindo de nós. Então, eu vim alertar para começarmos a dar nome aos verdadeiros inimigos.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sra. Deusa? Em seguida, será o Sr. Fabinho.

A SRA. DEUSA – Boa noite a todos. Primeiramente, quero agradecer à Mesa,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 25

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 24 DE 35

especialmente à Vereadora Keit Lima. Eu a conheci, como se diz, nas quebradas, na Casa da Jéssica, que é um projeto de saúde mental na periferia. Foi lá que eu consegui a minha psicóloga, que me atende até hoje. Conheço a Andreia do movimento enorme que ela faz, a Railda também me conheceu nas lutas e há a Fabiana.

Assim, gente, aqui está se falando dos que estão presos, não é? Porém, a gente tem que sentir na pele para chegar até aqui. Eu tive que sentir na pele para estar aqui, porque eu sempre via movimento, mas eu admirava a coragem e a força que o pessoal tinha, principalmente ali, diante da Prefeitura. Eu falava: “Nossa, esse pessoal tem coragem.” Eu morria de medo de movimento, porque eu falava: “Nossa, vai ter ‘pau’ aqui.” Saía correndo. Hoje, eu me tornei uma leoa para lutar pelo sistema, que é o sistema capitalista.

Eu sou branca, mas a minha alma não é branca e não é preta. A minha alma é humana. Diante dessas mulheres que fazem alguma coisa pela gente, a colega falou, ali, da Vereadora Keit Lima. Nós temos sete Vereadores. Nós contamos quem são os Vereadores que estão do nosso lado, que estão na luta, no dia a dia. Quando nós temos duas, três ou quatro, temos que entender que no ano que vem há eleição para deputados e para a presidência e a gente tem que tomar cuidado no nosso voto, porque a gente sabe quem são as peças que estão comandando São Paulo.

Hoje, eu sinto na pele quem é o Ricardo Nunes. Eu falo, assim: três mosquitos da dengue, porque eles picam e ficam observando se a gente vai morrer. A gente corre atrás de uns movimentos, luta e sai da lama, para poder estar aqui. Então, temos que entender isso e, se não entendermos o que é isso, vamos viver na mesmice. Entenderam? Quando a gente vê as colegas falando do sofrimento dentro das penitenciárias, eu falo que, a cada dia que passa, estão aumentando mais ainda as penitenciárias.

Nós não vemos o pessoal que está preso saindo, para, depois, dizer, assim: “Não volto mais.” Como alguém falou, ali, à Mesa, não existe nada de uma ação educativa. A Railda e a Andreia sabem muito bem disso, mas a cadeia da polícia está vazia. Então, já que as cadeias estão tão lotadas, por que é que a cadeia da polícia, que mata diariamente, está vazia? Existe

impunidade. Não há justiça para eles.

Sou a Deusa. Eu sou mãe do Tiago – tia e mãe, porque eu criei quatro irmãos. Ele tinha 19 anos quando o policial tirou a vida dele, dizendo que era legítima defesa. Hoje, a minha luta se transformou nisto, nestas lutas.

Vou mostrar a foto, porque eu não tenho medo.

- Oradora exhibe documento.

A SRA. DEUSA – Este era o meu filho, que o Estado roubou.

Quanto a este, é a gente que paga para ele. Ele é o policial.

Foi acusado de quebrar o vidro do carro para roubar um celular, mas este celular é do meu menino, porque eu tenho a nota fiscal. O vidro está realmente quebrado, mas quem está com o celular é ele. Está no DHPP até hoje, para ser averiguado. Então, eu não tenho medo, mas eu vou mostrar. Este criminoso já cometeu outro crime fora de São Paulo, porque continua trabalhando.

Então, se a gente não lutar e investigar, a gente vai cair na pior. Para vocês, mães, que estão lutando para tirar o seu, tirem-no e peçam a Deus para que não volte mais para a cadeia e que o Estado não o roube de vocês. Quando ele rouba, é nesse sentido, que é do meu. O meu nunca foi para a cadeia. Eu não estou dizendo, assim, que ele era santo. Se ele vivia roubando, eu desconheço.

Quero fazer um convite para vocês. Há um ato unificado, que foi a necessidade de as mães fazerem, porque a gente está com muitos casos sendo arquivados, mesmo com prova, com câmeras corporais, e as mães estão adoecidas. Há tentativa de suicídio. Isso é grave, não é? Eu me levantei do chão, porque eu estou aqui, mas não é porque eu sou forte. É porque, quando eu vejo o anúncio das colegas, falando que não aguentam mais, eu tenho que me levantar e me juntar a essas mães.

Esse ato é no dia 29, numa quarta-feira. Começa às 13h. Eu sei que muitos trabalham, mas é para a gente poder ir ao Ministério Público. Isso é com carta e com ofício para protocolar.

Agradeço à Vereadora Keit Lima, que já sabe disso, e à Michele, que está por aqui e está nos ajudando. Preciso que vocês divulguem isso. A gente abriu uma página no Instagram, que se chama “Nós estamos aqui”. Então, eu preciso da ajuda e da colaboração de vocês, para que divulguem.

Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sr. Fabinho? É o Sr. Fábio Pereira, para ser formal. Em seguida, com a reinscrição da Sra. Regina, a gente encerra.

O SR. FÁBIO PEREIRA CAMPOS – Boa noite para todas as pessoas. Primeiramente, quero agradecer à Vereadora Keit Lima e a toda a equipe. Eu acho que é muito importante a gente fazer esta conversa, dentro da Câmara Municipal, porque, justamente, é desse lugar que a gente vem. É sempre bom lembrar que a pessoa presa não é da cadeia; ela é do território. Quando ela sai da prisão, ela volta para esse território e esse território se constitui, na maioria das vezes, dentro do estado de São Paulo. As pessoas estão sendo deslocadas para lugares muito distantes e isso tem dificultado a relação com as pessoas.

As pessoas vêm, tiram os nossos das nossas quebradas, sequestram os nossos, levam-nos para muito longe e, depois de muito tempo, essas pessoas voltam – e elas voltam com os vínculos todos fragilizados. É muito louco. A gente anda na quebrada. Assim, de vez em quando, a gente está na feira. Aí, a gente tromba um cara que faz uns cinco ou seis anos que a gente não vê, que fala: “Onde você estava, e tal e não sei o quê?” Porém, nessa, aí, cara, todos os outros processos vão sendo atravessados na vida das pessoas que continuam no território, com diversas outras ausências.

Então, discutir isso dentro da Câmara Municipal é de extrema importância, para que a gente consiga entender que essas políticas precisam ser alcançadas. A gente precisa acessar as políticas públicas no âmbito da municipalidade, para que a gente não alcance a política de segurança pública quando eles vêm para sequestrar os nossos e levá-los para ficar sob a tutela do Estado. Precisa se garantir o direito das pessoas no município – direito à educação, ao trabalho, à saúde, ao saneamento básico, a uma moradia digna. “Está ligado?”

Ninguém acorda um belo dia e fala: “Vou cometer um crime.” As pessoas estão sendo violadas. As pessoas estão perdendo os seus direitos e as pessoas correm atrás daquilo para sobreviver, cara. É muito louco pensar que você é violado no seu direito. Aí, em um dado momento, o Estado decide te colocar em uma condição de violador. Você responde ao Estado em uma situação de réu e, aí, você vai cumprir uma pena. Entretanto, o Estado, que está violando a gente, a vida toda, não vai para o banco dos réus. Não vai ser julgado. Não vai ser condenado. Aí, a gente tem que votar para que essas pessoas estabeleçam parâmetros legais para garantir a nossa vida.

Aí, no meio desses percursos, vai acontecer isto: vai morrer dentro da cadeia ou na rua. A gente precisa pensar qual é a responsabilidade do município, porque a gente mora dentro do município, cara. É dentro do município que as coisas estão acontecendo, que a gente não tem acesso à moradia, que a gente não tem acesso à saúde, que a gente não tem acesso à educação. É de fundamental importância que o município consiga dialogar com o estado. É muito importante que a gente consiga fazer essas conexões e que a Câmara Municipal consiga fazer uma discussão dentro da Assembleia Legislativa, com os parceiros, para pensar.

A gente tem frentes únicas de um monte de coisa, mas ninguém quer construir uma frente única para pensar a situação do sistema prisional em São Paulo. “Está ligado?” A gente tem frente única para pensar não sei o que, para pensar não sei o que lá, mas, quando se trata de sistema prisional, é uma pauta invisibilizada, cara. Porém, essas pessoas são criminalizadas muito antes de chegar dentro do cárcere. A gente está na quebrada. É muito mais fácil chegar uma viatura do que chegar uma ambulância se a gente estiver passando mal, precisando ser socorrido, porque eles já estão lá, na nossa quebrada. O Samu vai demorar muito para chegar, mas a viatura já está lá, circulando, 24 horas, preparada para forjar os nossos.

A gente faz um “corre”, lá, em Sapopemba. A gente uma vez ficou com a situação de que os caras andavam com “uma pá” de fotos. “Está ligado?” Os caras pegavam foto de rede social dos moleques que estavam ali, na quebrada, e eles ficavam andando com um catálogo de fotos, assim. Se trombavam na rua, era aquele. Pegavam um *kit*, lá, preparado ali, com um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 29

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 28 DE 35

bagulho, ali, e falavam: “Não, já era. É você que é o traficante. Foi você que roubou a moto, ali, e não sei o quê. Foi você que roubou o açougue, ali, e já era. Ninguém vai falar que não é.”

Então, a gente precisa fortalecer, de fato, os nossos territórios, a partir da municipalidade, construindo políticas públicas efetivas, para que os nossos não cheguem dentro do cárcere. É construir um mecanismo de prevenção, mano, e, aí, é estabelecer esta relação com educação e cultura.

Por que os moleques vão para o *funk* e o *funk* é criminalizado? Por que a polícia chega lá, jogando bomba? Qual é a ideia, mano? A gente não pode ter um espaço de lazer. A gente não pode ter um espaço de cultura. A gente só vem aqui chorar os nossos mortos e os nossos presos. A gente quer viver, mano. Para além de sobreviver, a gente quer viver e a gente merece viver. A gente merece viver e não merece viver das migalhas que o Estado tem dado para nós. A gente precisa viver – e viver com qualidade.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Sra. Regina?

Houve uma última inscrição, também, à qual a gente não consegue dizer não, que é do Padre Valdir. Então, é a Sra. Regina e, por último, será o Padre Valdir.

A SRA. REGINA – Eu vou começar com a letra de uma música e, apesar de ser poético, não tem nada de poesia. É *Haiti*, do Caetano e do Gilberto Gil. A música diz:

“O Haiti é aqui (...)

E outros quase brancos, tratados como pretos

Só pra mostrar aos outros quase pretos

E são quase todos pretos

E aos quase brancos pobres como pretos

Como é que pretos, pobres e mulatos

E quase brancos quase pretos

De tão pobres são tratados”

Eu queria falar de uma estatística. Mais de 70% do cárcere é negro e, no cárcere,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 30

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 29 DE 35

quem não é negro é tão pobre que é quase negro, que é tratado como negro. Acho que o Mateus e o Fabinho falaram que existem duas coisas que são leis. O Estado é responsável pela vida do apenado. Então, a gente tem que criar protocolos. Eu acho que pode nascer de São Paulo, da cidade de São Paulo, e se expandir para o Brasil, que o Estado se responsabilize por quem morre no cárcere. É uma indignidade, um absurdo, que a pessoa deixe seu filho lá e vá buscar o cadáver, porque o Estado não garante e, às vezes, nem sabe. Existem casos de gente que passa sete dias sem a polícia saber que morreu. Não é, Miriam e Railda? Gente, isso é um absurdo.

Há uma outra coisa que é constitucional. Está no Judiciário e no Código Penal que a pena não deve ser estendida à família. Isso está no Código Penal, mas, no Brasil – eu estou falando de São Paulo –, quando a gente tem um apenado na família, todo mundo sabe que a família toda foi apenada, de diversas formas. Então, eu acho, Vereadora Keit Lima, que a gente pode começar, do seu gabinete da Câmara Municipal, um movimento que trate esse assunto, como diriam os advogados presentes, com a devida vênica que o assunto deve ter.

Então, eu penso assim: como é que a gente não tem uma política pública municipal de apoio à reinserção do apenado no território, como disse o Fabinho? A gente tem que ter políticas públicas que não nos deixem chegar lá, mas a gente tem que ter políticas públicas para, quando a gente sai de lá, reconstruir aquele ser humano que foi destruído pelo cárcere, para reconstruir os laços familiares com que eles tentaram propositalmente acabar.

Porque é no território do município que aquelas vidas vão se reconstruir, a gente tem que ter políticas públicas municipais, como um programa de formação e empregabilidade. CRASs e CREASs devem formar os assistentes sociais e os defensores, na questão do encarceramento. Há o desprezo dos médicos, nos hospitais municipais, por algum preso que chega. A gente tem que ver tudo isso. É muita coisa, mas a gente tem que fazer tudo, junto e misturado.

Perdão, Ju, por ter te dado tanto trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Por último, será o Padre Valdir.

O SR. VALDIR SILVEIRA – Boa noite a todos. É uma alegria poder reencontrar muita gente conhecida desde o início da caminhada, como a Miriam e a Railda. Quero agradecer à Vereadora Keit Lima, por ter aberto esse espaço. Estou vendo o Milton, que também tem histórico de longas jornadas. Eu trabalhei na Pastoral Carcerária por muitos anos. Quando comecei, talvez alguns de vocês nem tinham nascido ainda.

Quero dizer algumas coisas. Primeiramente, respeito a dor e o sofrimento das falas que nós ouvimos. Não é o juiz – nem o Legislador, nem o Ministério Público – que conhece o cárcere. Quem conhece o cárcere e o que o cárcere causa são vocês.

Em segundo lugar, a pessoa é presa por não ter cumprido a lei. E o sistema penal cumpre a lei? Por que ninguém reage contra o sistema penal, então? Eu falo, agora, para os estudantes de direito: quando o juiz manda alguém para a cadeia, sabendo que o local não cumpre a lei, o juiz também está agindo criminosamente. Ou não está? Se eu mando alguém para o local do crime, para um lugar que é criminoso, eu não sou responsável pelo crime também?

Então, acho que temos de começar por aí e questionar. A Lei de Execução Penal não é cumprida no cárcere e a pessoa é presa por não ter cumprido uma lei. Tudo que foi citado aqui está na lei: a alimentação, a assistência à alimentação, a assistência à saúde, até a assistência jurídica e tudo mais. Está na Constituição brasileira, na Execução Penal e nas regras mínimas da ONU. Não vamos criar o que já foi criado. Falta cumprir.

Agora, eu vou pegar no pé da Railda: você está no Condepe, agora, Railda. Tens lugar de fiscalização, mas de convocar, também, no Condepe, a Ouvidoria da SAP. O Conselho da Comunidade do Fórum da Barra Funda podes convocar, também. Também podes convocar os Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e o próprio Ministério Público, para fiscalizar o presídio. Desculpa.

Vereadora, desculpe-me. Vou também fazer alguns encaminhamentos. Foi criada, nesta Casa, uma Lei, em 2010, mais ou menos, para a pessoa que sai do sistema prisional: a cota para concursos. De toda vaga que a Prefeitura abrisse na capital, para emprego, 5% seriam

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 32

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 31 DE 35

para quem sai do sistema prisional. Como está essa lei, Vereadora? Está sendo aplicada? Então, se está parada, Vereadora Keit Lima, vamos tentar cavar essa lei. Foi criada pelo Vereador Ítalo Cardoso, na época. Também foi criada outra lei sobre espaço especial para vendedores ambulantes que foram do sistema prisional. Não sei como ficou essa lei depois, na execução. São coisas pequenas, mas que dão resultado. São pequenas coisas que eu queria mencionar.

Socorro nós temos que pedir aos órgãos que já são criados e foram criados por lei. Nós pagamos para isso funcionar e não está funcionando. Então, temos que cobrar. Para tudo isso que foi citado aqui, já existem conselhos e órgãos constituídos para cobrar. É por isso que eu digo: e o Ministério Público? Por que não criar uma audiência, aqui, Vereadora? Chame o Ministério Público para fazer essa cobrança, de tudo o que foi levantado aqui. Por que não chamar, também, a própria Secretaria da Administração Penitenciária, para responder, também, às famílias dos presos que estão aqui, e criar uma audiência, chamando as autoridades? Eu acho que temos que ter eco lá, na instituição que é responsável pelo sistema carcerário. Desculpe-me, se eu estou cobrando muito, mas é a partir do que vi aqui, do pedido de socorro que o pessoal está fazendo. Eu me proponho, também, ao que for preciso. Contem com a gente nessa ajuda.

Quanto à questão de emprego, de vaga para quem sai do sistema prisional, não sei se a palavra egresso é correta. Acho que não é a mais correta, porque continua sempre condenado. Como foi falado aqui, saiu do emprego e é condenado? Não pode mais ter emprego. Então, não se sai do sistema prisional. Leva o sistema consigo para a vida toda.

Deve-se fazer os conselhos funcionarem e cobrar deles, das comissões de direitos humanos e de todas as instâncias que foram criadas. Dentro da OAB existe uma comissão específica para fiscalizar os presídios. Como é que essa comissão da OAB está funcionando? E direitos humanos? Por que não os chamar aqui, também, e fazer uma cobrança, com a comissão da OAB?

Então, a minha sugestão é esta: pautar ações concretas para responder ao pedido de socorro que levantaram nesta audiência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Maravilha, gente. Eu acabei nem sequer me apresentando no começo, porque eu acredito demais que a audiência pública tem que ser feita para ser ouvida, mas eu quero dizer com muita tranquilidade que pode cobrar, porque eu não sou uma Vereadora que está no movimento social. Eu sou forjada no movimento social e estou como Vereadora. Eu sou uma mulher preta, favelada, antiproibicionista, antipunitivista e abolicionista, que já foi a muitas saidinhas e que luta por um projeto de segurança pública em que a gente não termine na cadeia ou com a bala da polícia, porque a primeira coisa que a gente precisa é estar viva e viver bem. Então, com muita tranquilidade, a gente fala sobre isso. É óbvio que é dentro dos limites do que eu consigo fazer, mas, como é uma mandata das favelas, eu costumo dizer que a gente tem um papo reto, bem favelado, mesmo, do que a gente consegue e do que a gente não consegue fazer.

Eu queria muito que a gente tivesse uma audiência pública falando sobre os direitos, falando sobre um projeto de mundo onde a gente pudesse viver bem, em que o bem viver estivesse na nossa vida. Entra aqui o básico, entre os absurdos – porque a gente está falando dos absurdos. É não normalizar os absurdos e o nível é dizer que as pessoas, os nossos mortos, têm voz, que as pessoas que estão dentro das prisões têm pessoas aqui fora. É também falar que nós somos seres humanos. É quase isso o que a gente está falando.

Contudo, apesar de querer ter uma outra audiência, falando de uma outra coisa, também estou feliz por esta audiência estar acontecendo e o nosso mandato ser ferramenta para que as coisas possam acontecer, porque é isto o que o mandato das favelas é: uma ferramenta para os movimentos sociais, para ocupar esta Casa. É muito político a gente estar aqui, com os nossos corpos, com as nossas histórias, e deixar registrado que a gente está na rua, na luta, mas também está na Câmara e nos outros lugares.

Aí, eu estava com a equipe, pois a gente sabe que mandato não é feito só deste rosto preto, bonito. Ele é feito sobre muitos outros rostos pretos bonitos e a gente estava pensando em encaminhamentos. Essa lei é algo que a gente já acompanha há um tempo. Enfim, os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 34

REUNIÃO: 21454 DATA: 20/10/2025 FL: 33 DE 35

movimentos sociais vêm acompanhando, mas, infelizmente, a gente tem uma Prefeitura, um Governo e uma Casa que têm um projeto de morte sobre as nossas vidas. Para passar esta audiência, teve que haver uma articulação, porque eles têm medo de que a gente ocupe aqui, de que a gente discuta sobre as nossas vidas.

Então, nem tudo é tão simples, mas a gente bem queria que fosse. Todavia, estamos pensando nos encaminhamentos e ouvindo muito, porque, quando a gente pensa junta, pensa muito melhor – e não existe ninguém melhor do que vocês, que sentem na pele, que passaram pelo sistema, bem como os próprios familiares que passam pelo sistema, juntos. Pensando, a gente elaborou os próximos passos. Isso não significa que a gente não possa pensar em mais passos e não possa ir caminhando, junta, tendo um retorno, elaborando e favelizando, mesmo, neste lugar de trocar uma ideia meio reta.

Quando a gente fala de sistema prisional, a grande maioria fica na responsabilidade do estado. Então, fica muito sobre a esfera do Deputado. Concordo muito com o que o Sr. Fabinho e outras pessoas trouxeram: que o território dita muito. Por causa disso, a gente vai protocolar um pedido de fiscalização dos Vereadores nas unidades prisionais da cidade. A gente precisa que isso seja aprovado.

A gente também vai protocolar um projeto de lei que obriga o estado a disponibilizar itens de higiene nas unidades prisionais do município de São Paulo, porque é onde eu consigo atuar. Então, acho que a pessoa que falou sobre outras cidades não está aqui. Eu não consigo interferir nas outras cidades; apenas na cidade de São Paulo, mesmo entendendo que, quanto mais distante, mais precarizado é. A gente sabe disso, mas eu não consigo. A gente consegue articular um Vereador próximo daquela cidade, para que a gente possa atuar, junta, mas o nosso mandato não consegue atuar em outra cidade que não seja a cidade de São Paulo.

A gente também vai procurar a Secretaria de Administração Penitenciária para tentar diálogo sobre a Lei Municipal de Atenção ao Egresso. Vamos procurar, também, a Secretaria de Direitos Humanos. Existe uma coisa que é muito importante quando a gente pensa em grana: a Secretaria tem seis milhões para a ressocialização do sistema. Quanto disso está sendo gasto?

Como está sendo gasto? Está sendo gasto para isso?

A gente também tirou mais dois: oficialar a SPTrans, para disponibilizar linhas e horários que facilitem a visita nas unidades prisionais, e a SAP, para pensar em locais em que as pessoas que visitam possam ficar até o horário de visita.

A gente vai trocando ideias sobre essas respostas e ainda pode pensar, junta, outros passos que a gente possa encaminhar.

Para finalizar, a Sra. Andreia pediu para recitar um poema. Eu acho que não tem nada melhor do que finalizar o dia de hoje com a Sra. Andreia e com um poema seu.

A SRA. ANDRELINA AMÉLIA FERREIRA – “Exclusão social

Para a sociedade é normal

Preconceito, diferenças

Governo antissocial

Sistema carcerário

Mulheres que madrugam na fila

E a revista é vexatória

É o custo do preso para a família

Não é miragem

É realidade

Eu vou seguindo meu quilômetro da dor

Sociedade, me ajuda a entregar o preso que errou, por favor?

Junto com ele, a família

Que não cometeu o crime, mas o juiz sentenciou

MF em ação

Preste atenção

Ela foi detida com o filho no ventre

E a condenação na mão

É complicado

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
 NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 36

REUNIÃO: **21454** DATA: **20/10/2025** FL: **35** DE 35

Nem foi gerado

Mas já sentenciado

Espera aí, está tudo errado

Se entendeu, faça o certo e não insista no errado

Estamos vivendo num campo minado”

A SRA. PRESIDENTE (Keit Lima) – Gente, para finalizar, eu passei uma informação errada. Quero deixar registrado, porque existe uma diferença muito grande entre seis milhões e seis bilhões. Então, a SAP tem seis bilhões, sendo que 5,98 eram para ser destinados para custódia e reintegração social. A gente vai oficial, pedindo informação sobre isso. São seis bilhões.

Agradeço a participação dos convidados e inscritos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.